

FALTA DE REMÉDIOS

Ministério da Saúde cria grupo-tarefa para acelerar investigações sobre irregularidades na rede pública do DF. Além de encontrar problemas, técnicos pretendem mostrar como é possível resolvê-los

DF - Saúde

Concentração de esforços

Juliana César Nunes
Da equipe do Correio

O sistema de Saúde do Distrito Federal será o primeiro do país submetido a uma investigação coordenada pelo Ministério da Saúde. Motivos não faltam. Na semana em que foi empossado, o ministro da Saúde, Humberto Costa, teve acesso a um relatório de técnicos do ministério sobre falta de remédios e material hospitalar nas farmácias e hospitais públicos do DF. Três semanas depois, Costa recebeu do secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, um pedido de intensificação das auditorias para verificar se nos últimos três anos houve violação do direito à vida na unidade da Federação.

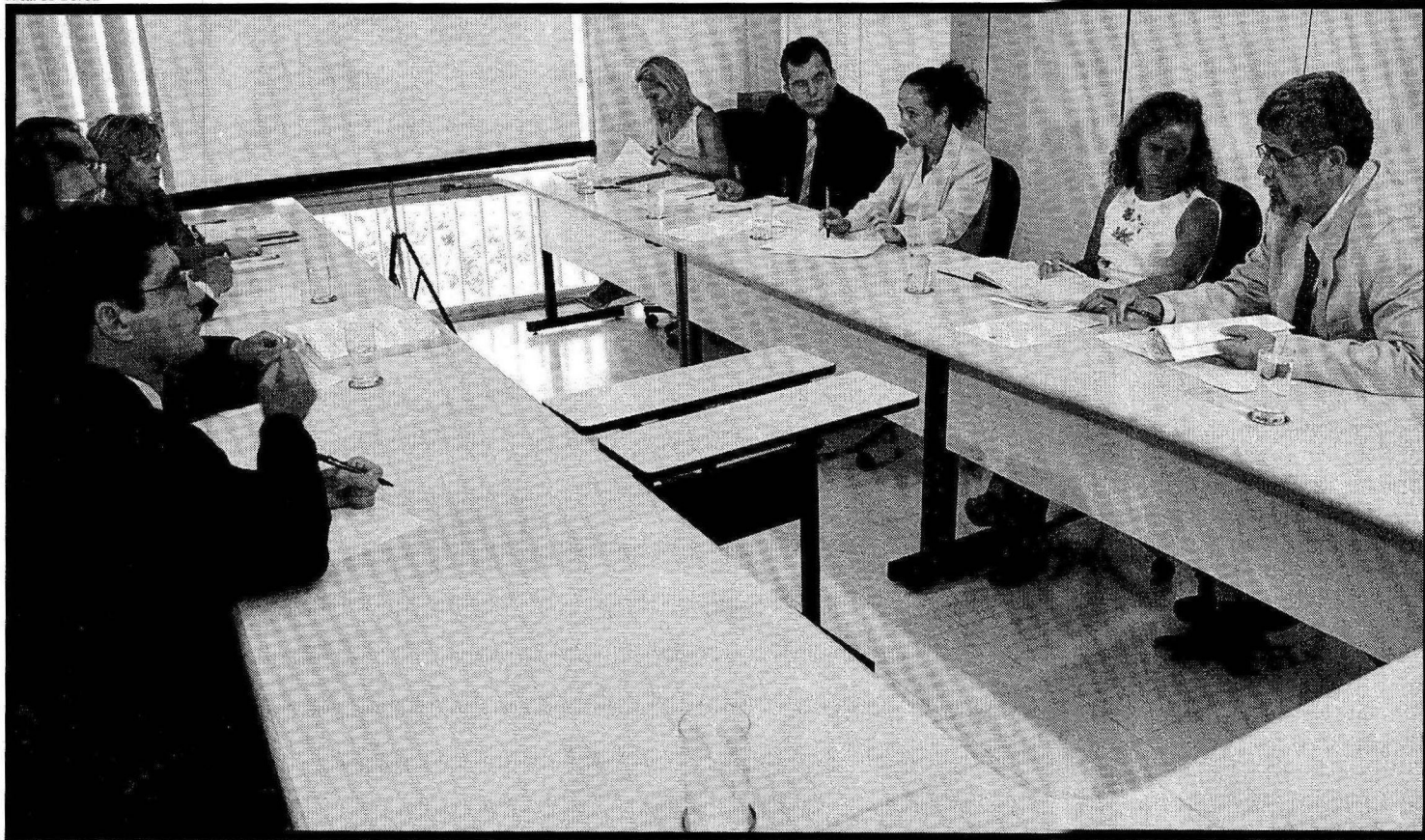
Diante de tantos documentos e acusações, o ministro deixou a cargo do secretário de Atenção à Saúde, Jorge Solla, a missão de criar um grupo-tarefa para unificar e acelerar o trabalho de órgãos como Ministério Público, Secretaria Federal de Controle Interno e Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus). Dez representantes desses órgãos participaram na manhã de ontem da primeira reunião. Durante três horas, apresentaram os trabalhos de auditoria na Secretaria de Saúde desenvolvidos de 1999 a 2002.

"O conjunto dessas apurações apontou várias irregularidades, como uso do dinheiro depositado pelo governo federal no Fundo de Saúde para outras finalidades. São investigações ainda incompletas, que continuarão sendo feitas, só que com o apoio de outros técnicos, inclusive do ministério", explica Solla. "É uma forma de tornar esse processo mais ágil e legítimo, sem passar por cima das regras legais. Na próxima terça-feira, os representantes de cada órgão voltam a se reunir no ministério para definir a data de conclusão dos trabalhos e apresentar um cronograma ao ministro."

AUDITORIAS

Para fevereiro, estão programadas duas novas auditorias. Uma delas, coordena-

Ricardo Borba



JORGE Solla (À DIREITA) REUNIU-SE ONTEM COM REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

ENTREVISTA/ JORGE Solla

Novo pacto de gestão

Voltar para a Universidade Federal da Bahia e começar o doutorado eram os planos para 2003. Mas um convite do ministro da Saúde, Humberto Costa, fez o médico Jorge Solla, 41 anos, adiar suas aspirações científicas. À frente da Secretaria de Atenção à Saúde, ele colocará em prática a experiência adquirida no comando da secretaria de Saúde de Vitória da Conquista (BA). Leia a seguir trechos da entrevista que Solla concedeu ao Correio:

CORREIO BRAZILIENSE —
Quais serão as prioridades da

Secretaria de Atenção à Saúde neste primeiro ano de governo?
JORGE Solla — Pretendemos incorporar a área de atenção básica com a de média e alta complexidade. Vamos ampliar o programa Saúde da Família, dobrando a cobertura em quatro anos. Outra frente de trabalho será o projeto Fome Zero, para o qual disponibilizaremos o banco de dados do Sistema Único de Saúde.

CORREIO — Problemas como os encontrados no DF sugerem a necessidade de retroceder na descentralização do Sistema Único de Saúde (SUS)?

Solla — A descentralização do SUS é um processo correto. O que pretendemos fazer é um

novo pacto de gestão entre ministério, estados e municípios. Não devemos agir só para fiscalizar. Um sistema público dessa dimensão, único no mundo, precisa de apoio técnico e acompanhamento.

CORREIO — Como o senhor vê a criação de convênios com hospitais e clínicas privadas para suprir as deficiências da rede pública de saúde?

Solla — Não vejo problema. No Brasil, existem locais, como o DF, com a rede totalmente pública e outros lugares, como a Bahia, onde 80% dos tratamentos de ortopedia pagos pelo SUS são feitos pelo setor privado. Mas é preciso fazer prevalecer o interesse público.

será coordenado pela representante do Denasus, Maria Aparecida Fernandes, que contará com a ajuda de técnicos de outros estados, como São Paulo.

Além de impulsionar as investigações, o ministério se comprometeu a disponibilizar para a Secretaria de Saúde do DF especialistas capazes de apresentar soluções para os problemas encontrados. A proposta será apresentada pelo ministro em uma reunião — ainda sem data definida — com o secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino.

O secretário vê com bons olhos a iniciativa. Ele reconhece que enfrenta dificuldades em alguns setores técnicos. Em dezembro, depois de uma auditoria, a secretaria recebeu do ministério uma lista de 13 recomendações. "A maioria delas não pode ser cumprida a curto prazo. Mas já estamos tomando algumas providências, como regularização das horas extras e divisão do Fundo de Saúde em contas diferentes, com a identificação da finalidade do dinheiro", diz Bernardino.

da pelo procurador da República Marcelo Serra Azul, fiscalizará o setor responsável pela compra de equipamentos e remé-

dios com recursos da União. A segunda terá como foco as unidades da rede pública de saúde do DF, incluindo hospitais, cen-

tros de saúde, farmácias e clínicas privadas, que oferecem tratamento para pacientes com problemas renais. O trabalho